



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0008050-44.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Sustação de Protesto**  
 Requerente: **REINALDA FRANCISCA DE CARVALHO**  
 Requerido: **Editora Pesquisa e Indústria Ltda (EPIL Listas Telefônicas)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que se discute sobre o protesto de título emitido pela ré contra a autora e que foi devidamente quitado.

Reputo que o feito não comporta aprofundamento quanto às questões suscitadas a fls. 65/66, até porque este Juízo não possui competência para na esfera administrativa pronunciar-se sobre elas.

De qualquer sorte, tomo como possível a solução do problema apresentado porque sobre ele não pairam dúvidas.

Nesse sentido, a discussão em apreço atina ao protesto cristalizado a fl. 08, observando-se a fl. 03 que a ré, credora do título respectivo, deixou claro que ele foi quitado.

Não se opôs, portanto, ao cancelamento do protesto.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

De outra banda, a contestação de fls. 25/31 reforçou a certeza de que o crédito em favor da ré foi saldado e que ela está de acordo com o cancelamento do protesto.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida para que se declare a inexigibilidade do débito versado, porquanto controvérsia alguma a propósito subsiste.

Já a permanência dos efeitos do protesto não se justifica diante do cenário delineado.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos e para tornar definitiva a decisão de fl. 18, item 1, oficiando-se ao Tabelionato competente para cumprimento independentemente de outras providências.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**